

INCLUSÃO E PRÁTICA DOCENTE: EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA MUNICIPAL CEAI GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ EM CAMPINA GRANDE-PB

Fernanda Felipe¹
Josefa Lúcia Alves Barbosa²

INTRODUÇÃO

Ingressar alunos com necessidades especiais ultrapassam desafios abordando novas demandas para obter o processo de ensino e aprendizagem. É preciso um olhar atento para que tal inclusão efetive-se. É preciso um diálogo permanente entre os Centros Universitários e a escola de forma direta e natural proporcionando a ciência necessária para obtenção de meios pedagógicos relacionados a prática e a teoria, formando professores e Profissionais da Educação. Objetivamos promover o acompanhamento a estudantes com necessidades educacionais especiais, planejando elaborar recursos com propostas educativas favorecendo o ensino e a aprendizagem. É preciso estratégias eficientes pautadas na ciência. O trabalho docente colaborativo é apontado como uma estratégia eficiente de formação profissional com eficiência para inclusões efetivas. São necessários formações docentes culminando numa prática inclusiva com apoio científico.

Esse pesquisa ocorreu na Escola Municipal Ceai Governador Antônio Mariz no Município de Campina Grande-PB, ao qual objetivou analisar acompanhamento, em sala de aula, a estudantes com necessidades educacionais especiais, com a perspectiva de dar suporte pedagógico especializado aos professores e alunos. As observações se caracterizam pela interação entre profissionais, geralmente de Pedagogia, mas que podem ser de outras Licenciaturas, com estudantes que apresentam necessidades específicas, inseridos em turmas comuns. Cabem os seguintes questionamentos: Como garantir a qualidade do ensino a alunos com especificidades inclusivas? Como garantir eficiência pedagógica no âmbito escolar?

¹ Graduado pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual vale do Acaraú- fernandafelipe1@hotmail.com;
Graduado pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual vale do Acaraú- professoralucinha@hotmail.com

² Graduado pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual vale do Acaraú- fernandafelipe1@hotmail.com;
Graduado pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual vale do Acaraú- professoralucinha@hotmail.com



De acordo com Martinez (apud ANACHE e MARTINEZ, 2007, p.47), “trabalhar a partir de uma representação do espaço de sala de aula como um espaço de diversidade educativa exige dos educadores e demais envolvidos nesse contexto o desenvolvimento de novos conhecimentos, novas competências e muita criatividade.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

De acordo com o que foi proposto esta deve constantemente atuar nas bases científicas das relações estabelecidas entre o ato de pesquisar e as novas compreensões que vão surgindo do diálogo do pesquisador com o mundo.

Portanto, o método científico é o conjunto das atividades sistêmicas e racionais que com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando nas decisões do cientista(MARCONI; LAKATOS, 2006, P. 45).

No primeiro momento, foi realizada uma revisão profunda da bibliografia histórica e contemporânea sobre a temática em tela, possibilitando um aprofundamento da fundamentação teórica no que diz respeito a Educação Inclusiva.

Foi realizada pesquisa de campo, que consistiu na aplicação da técnica qualitativa da entrevista e do questionário com professores das séries iniciais do Ensino Fundamental na Escola Municipal CEAI Governador Antônio Mariz em Campina Grande-PB, onde foi executado o estudo. Tal questionário foi construído visando oferecer um campo de visibilidade na temática da Inclusão, tornando-a corriqueira e sendo posta no Currículo Escolar da escola, como está sendo inserida nos planejamentos dos professores, verificando as metodologias utilizadas na preparação das aulas e detectando se os professores tem formação continuada em relação a Educação Especial.

REFERENCIAL TEÓRICO

Debatendo inclusão num cenário da atualidade, não podemos falar de inclusão sem mencionar as lutas, as ultrapassagens de barreiras e o acesso garantido ao estudo dos alunos com necessidades especiais, vendo que este conceito se adequa deficiência física, intelectual e sensorial, com transtornos globais de desenvolvimentos ou superdotação. Garantido o direito de estudar numa escola regular preservado Pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Direitos tais evoluídos a cada conquista em prol de práticas docentes inclusivas partindo dos Centros Universitários, fez-se ciência, fugindo das amarras do “achismo”, formando professores com as informações coerentes a cada

indivíduo. Muitas vezes o aluno com necessidade especial chega na escola, entra na sala de aula e não é dado o laudo técnico para os profissionais que os acompanham no ambiente escolar.

É necessário investir em recursos humanos e profissionais no ambiente escolar adequando o corpo docente, alunos e comunidade escolar nessa nova conjuntura educacional, mudando a didática no cotidiano. É nítido a necessidade urgente de mudanças na organização dos tempos e espaços da escola presumindo que tais atores têm determinadas representações já desenvolvidos para perceber e compreender o que é apresentado em aula, de saída desconsidera aqueles que não possuem os mesmos esquemas. (CAVALCANTI, 2008). É necessário que os direitos desses cidadãos sejam efetivados com qualidade, para que seja um sujeito atuante na sociedade.

O professor deve ter o apoio necessário para atuar com novos atores a fim de dar respostas às suas necessidades individuais e diversas, é nítido que os docentes e ambiente escolar precisam de tempo para pensar suas práticas, precisam revisitar suas concepções sobre o que é ser aluno, o que é ensinar (RIEF e HEIMBURGE, 2000).

É desafiador mas são necessários promover relevância de projetos e pesquisas que avancem nas discussões e encaminhamentos sobre o cotidiano da sala de aula, apontando para ações pedagógicas favoráveis à inclusão escolar (BUENO, 2001; RODRIGUES, 2006; GLAT & BLANCO, 2007). É acordado que as situações pedagógicas acompanhem o público da Educação inclusiva de forma efetiva, com acompanhamento específicos para que o alunos obtenha as habilidades de aprendizagens e seus direitos garantidos.

Valorizar e perceber a diversidade é algo imprescindível, somos seres diferentes. E, como constatado por Ainscow (2001), para que sejam garantidas as bases de um processo coerente e digno ao aluno com qualquer necessidade educacional especial é preciso que a proposta de ensino insira a socialização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O apoio ao aluno em sala de aula é uma ferramenta para desenvolver a autonomia para a participação em aula e para a resolução de desafios cotidianos. Dessa forma, o papel do graduando é de, como mediador, promover o entendimento e o envolvimento com o que é ensinado, por meio de interlocução, variação de linguagem, momentos de ensino individualizado, refletindo junto com os docentes das turmas sobre as possíveis adequações nos instrumentos e meios de ensino e avaliação.



Algumas estratégias, ao longo do processo de cada aluno, têm sido desenvolvidas na colaboração entre o aluno bolsista e o docente da turma. O que se constata com essas estratégias é que a adequação acaba por favorecer não só ao aluno que apresenta a necessidade de intervenção, mas também aos demais.

Por exemplo, outros estudantes que apresentavam dificuldades para retirar do texto a informação ou a ideia central, ao se depararem com os esquemas visuais usados para favorecer alunos com necessidades específicas, começaram a expressar com mais autonomia suas análises, com coerência e sentido mais elaborados, passaram a participar da atividade com maior interesse e, por consequência, o momento da proposta ficou mais organizado, dinâmico e colaborativo, favorecendo a todos. Ou seja, quando um recurso é pensado para um aluno o grupo todo pode se favorecer dele, e sendo assim, a adequação não tem a finalidade de ser exclusivamente para aquele que “precisa”.

Como constatado por Ainscow (1998), a educação inclusiva ultrapassa situações específicas como atender aos alunos com necessidades educacionais especiais, uma vez que supõe a melhoria das práticas educativas para todos os alunos e para o conjunto da escola.

Uma escola passa a ser um espaço de inclusão quando rompe com paradigmas onde a valorização do aluno está baseada exclusivamente na sua capacidade de aprendizagem e no seu rendimento escolar, por exemplo. A intencionalidade educativa a que se propõe a escola atual, precisa ser pensada a partir da prática pedagógica, do trabalho na diversidade, das habilidades atitudinais; bem com das “crenças” daqueles que nela transitam, de modo que favoreça a organização de um projeto curricular que privilegie percepções sociais e a construção de identidades e conhecimentos, tanto de educandos quanto de professores (CARVALHO, 2008). O desafio está justamente em alocar as reflexões sobre a escola para todos, nesse contexto educacional que preza pela excelência, que se organiza por seriação e por meritocracia e que muitas vezes exclui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viver a experiência de estar presente no ambiente escolar, tendo acesso direto aos profissionais da educação, vem possibilitando uma interação entre teoria e prática. A Universidade fornece um ensino baseado na teoria, não nos tornando totalmente preparados para o exercício da profissão. Logo, fazer parte de um projeto que fornece o que faltava para minha formação acadêmica, e futuramente profissional, é de grande valia, não só pelo contato com a prática em si, mas por estar lidando com a inclusão, vivendo a experiência, na prática,



de como devemos adaptar a instituição escolar para que possa receber alunos com necessidades específicas e fornecer a eles um ensino que os atenda.

A presença de outro ator em sala de aula, na função de docência, aponta para a busca de qualidade às interações dos estudantes com o conhecimento, com seus pares e professores; há o propósito de elaborar alternativas de trabalho diferentes das até então vivenciadas, o que corrobora em novos comportamentos e outros entendimentos. Daí o papel do diálogo entre a universidade, com seus saberes teóricos, e a escola básica, com suas demandas e seus próprios saberes.

Palavras-chave: Práticas docentes. Formação de professores. Inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. Developing links between special needs and school improvement. In: Support for Learning, nº13, v. 2, 1998, p. 70-75.

_____. Hacia una educación para todos: algunas formas posibles de avanzar. Disponível em: www.inclusioneducativa.cl/documentos. Publicado em 2001. Acesso fevereiro/2013.

ANACHE, A. A.; MARTINEZ, A. M. O sujeito com deficiência mental: processos de aprendizagem na perspectiva historicocultural. In: JESUS, Denise M. et al. (Org.). Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007, p. 43-53.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: Senado Federal, MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. Resolução Nº 4, de 02 de outubro. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: SEESP, 2008.



BUENO, J. G. A inclusão de alunos diferentes nas classes comuns do ensino regular. In: Temas sobre Desenvolvimento. São Paulo, v.9 n° 54, 2001, p. 21-27.

CAPELLINI, V. L. M. F. & MENDES, E. G. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para inclusão escolar. Educere et Educare, Revista de Educação, v.2, n.4, 2007, p.113-128.

CAVALCANTI, Ana Maria Leite. A inclusão do aluno com deficiência mental no ensino médio. In.: MARTINS, Lúcia de A. R. Escola Inclusiva: pesquisa, reflexões e desafios. João Pessoa: Ideia, 2008, p. 219-149.

GLAT, R. Educação Inclusiva na Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro: estudo etnográfico do cotidiano escolar e desenvolvimento de estratégias pedagógicas de ensino-aprendizagem para alunos com necessidades educacionais especiais em classe regular. Relatório Científico das fases um e dois do projeto Prociência 2005/2008. Rio de Janeiro, 2008.

GÓMEZ, A. P. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. (org.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992, p. 93-114.

KASSAR, M. de C. M. Integração/ exclusão: desafios e contradições. In.: BAPTISTA, C. (org). Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006, p.119-126.

MACHADO, A. Educação inclusiva: de quem e de quais práticas estamos falando? In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A.; VICTOR, S. L. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação/Prefeitura Municipal de Vitória/CDV/FACITEC, 2007.

PLETSCH, M. D. O professor itinerante como suporte para a educação inclusiva em escolas da Rede Municipal de educação do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2005.

PERRENOUD, P. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

RIEF, Sandra; HEIMBURGE, Julie. Como ensinar todos os alunos na sala de aula inclusiva. V.II, Porto: Editora Porto, 2000. RODRIGUES, D. (Org.) Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.